

NOTA DE ABERTURA

Enquanto professor de Direito do Consumo são diversas as razões pelas quais me senti compelido à recolha e compilação dos diplomas fundamentais respeitantes aos direitos dos consumidores.

Em primeiro lugar, porque não existia no mercado qualquer coletânea de legislação atualizada sobre a matéria, e assim se manteve até ao lançamento da 5ª edição, e, tal impunha-se, não só pelas constantes, mas pelas recentes alterações legislativas.

Por outro lado, esta obra, para além de constituir um bom instrumento de apoio aos alunos que cursem a unidade de Direito do Consumo nos programas curriculares que frequentem, reveste, igualmente, importância, na medida em que constitui uma ferramenta de apoio a qualquer jurista que tenha que lidar com este ramo de Direito. No entanto, o propósito fundamental é, justamente, o de proporcionar a qualquer consumidor o conhecimento dos seus direitos basilares, no que a matéria de consumo diz respeito.

Com o intuito de cumprir os objetivos acima descritos procede-se nesta edição à revisão de determinados diplomas, de forma a adequá-los às mais recentes alterações legislativas.

ÍNDICE

Constituição da República Portuguesa (Excerto)	7
Lei de Defesa do Consumidor – Lei nº 24/96 de 31 de julho	9
Responsabilidade Decorrente de Produtos Defeituosos – Decreto-Lei nº 383/89 de 6 de novembro	25
Segurança Geral dos Produtos – Decreto-Lei nº 69/2005 de 17 de março	31
Código da Publicidade – Decreto-Lei nº 330/90 de 23 de outubro	51
Publicidade Domiciliária, por Telefone e por Telecópia – Lei nº 6/99 de 27 de janeiro	75
Artigos Relativos à Publicidade nos Órgãos de Comunicação Social (Excertos)	81
Práticas Comerciais Desleais – Decreto-Lei nº 57/2008 de 26 de março	95
Cláusulas Contratuais Gerais – Decreto-Lei nº 446/85 de 25 de outubro	119
Contratos Celebrados à Distância e Fora do Estabelecimento Comercial – Decreto-Lei nº 24/2014 de 14 de fevereiro (Alterado e Republicado pela Lei nº 10/2023, de 3 de março)	139
Regime jurídico aplicável à prestação de serviços de promoção, informação e apoio aos consumidores e utentes através de centros telefónicos de relacionamento (<i>call centers</i>) – Decreto-Lei nº 134/2009, de 2 de junho	171
Venda de Bens, Conteúdos e Serviços Digitais – Decreto-Lei nº 84/2021, de 18 de outubro	179

Práticas Comerciais com Redução de Preço nas Vendas – Decreto-Lei nº 70/2007 de 26 de março	219
Forma e Obrigatoriedade de Indicação de Preços – Decreto-Lei nº 162/99 de 13 de maio	231
Lei dos Serviços Públicos Essenciais – Lei nº 23/96 de 26 de julho	245
Lei das Comunicações Eletrónicas – Lei nº 16/2022, de 16 de agosto (Excerto)	253
Proteção de Dados Pessoais e Privacidade nas Telecomunicações – Lei nº 41/2004 de 18 de agosto	291
Contratos de Crédito aos Consumidores – Decreto-Lei nº 133/2009 de 2 de junho	311
Regime Jurídico da Habitação Periódica – Decreto-Lei nº 275/93 de 5 de agosto	353
Direitos dos Passageiros Aéreos – Regulamento (CE) nº 261/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de Fevereiro de 2004	401
Livro de Reclamações – Decreto-Lei nº 156/2005 de 15 de setembro	417
Lei da Mediação – Lei nº 29/2013, de 19 de abril	441
Lei da Arbitragem Voluntária – Lei nº 63/2011, de 14 de dezembro	459
Mecanismos de Resolução Alternativa de Litígios de Consumo – Lei nº 144/2015 de 8 de setembro	491
Direito de Participação Procedimental e de Ação Popular – Lei nº 83/95 de 31 de agosto	517
Ações Inibitórias em Matéria de Proteção dos Interesses dos consumidores – Lei nº 25/2004 de 8 de julho	527
Limites à cobrança de quantias pela prestação do serviço de desbloqueamento de equipamentos destinados ao acesso a serviços de comunicações eletrónicas bem como pela rescisão do contrato durante o período de fidelização – Decreto-Lei nº 56/2010 de 1 de junho	533